

## HISTÓRIAS DE VIAJANTES E SUAS MISSÕES CIVILIZADORAS

**MAGDA SARAT**  
**Profª do DEPED/UNICENTRO/PR**  
**Doutoranda do PPGE/UNIMEP/SP**  
**LÍLIAN SARAT**  
**Mestranda do PPGE/UNIMEP/SP**

No século XIX o Brasil recebeu um grande número de estrangeiros viajantes que aqui aportaram com os mais diversos objetivos. Estes viajantes, ao longo de sua estada e permanência no país, produziram uma vasta quantidade de relatórios configurados sob variadas formas e gêneros literários, que se constituíram numa fonte documental chamada *Literatura de Viagem* e dão a ver um Brasil observado, pensado e registrado pelo olhar do estrangeiro que aqui chega por diferentes motivos, com todas as concepções de sua formação.

A chamada *literatura de viagem* no Brasil representa uma fonte documental vasta. Entre os pesquisadores que têm feito levantamentos e produzido trabalhos, sob inúmeros enfoques, foram pesquisados MOREIRA LEITE, 1984, 2001; FRANÇA, 2000; LEITE, 1996; LISBOA, 2000; MANTHORNE, 1996; QUEIROZ, 1984; SCHWARCZ, 1998; SEIXO, 1996; SÜSSEKIND, 1996; STOLS, 1996; e RITZKAT, 2000.

A profissão exercida por cada viajante caracterizou um tipo de envolvimento com a população nativa, e por força das intenções da viagem cada profissional não só registrou como manteve determinado relacionamento com muitos tipos nativos. Contudo, a importância da utilização desta documentação também indica limitações; entre elas, apontamos as generalizações feitas nos registros da vida cotidiana de pessoas que, certamente, não viviam nas mesmas condições que os observadores. Além disso, conta também a percepção específica e individual daquele que, sendo “de fora”, não faz parte do grupo observado.

Mesmo assim, acreditamos na possibilidade de conhecer uma realidade observada pelo olhar do outro, o ‘de fora’, o ‘outsider’, aquele que veio, viu e contou do seu jeito, com acréscimos ou sonegações que é preciso “ler nas entrelinhas”. Por outro lado, mesmo que essas obras só possam “dar a ver um Brasil pensado por outros”, segundo BELLUZZO (1996, p.10) “o olhar dos viajantes espelha, também, a condição de nos vermos pelos olhos deles” e de compreendermos uma história que diz respeito a nós; pois acreditamos sobretudo na contribuição do outro, no sentido de que: (...) “aquele que não é do lugar, que acabou de chegar, é capaz de ver aquilo que os que lá estão não podem mais perceber. Ele resgata o significado que tinha aquela mitologia. Ele é capaz de olhar as coisas como se fosse pela primeira vez e de viver histórias originais. (PEIXOTO, 1988, p.363)

Nesse contexto, inspirando-nos no olhar do estrangeiro, do que acabou de chegar, gostaríamos de localizar os registros que utilizaremos para contar esta história; são eles os de Daniel P. Kidder, James C. Fletcher e Martha Watts, todos missionários protestantes, que estiveram no Brasil entre os anos de 1836 a 1908 e acreditavam ser enviados para promover um processo civilizador no país através de mudanças no terreno religioso e educacional. Estes estrangeiros deixaram um legado vasto de registros sobre a vida dos brasileiros no período.

Tais registros comportam críticas à sociedade brasileira baseadas em estereótipos sobre as terras descobertas da América. Poderíamos destacar em seus escritos textos em torno do que eles consideravam como primitivismo local em relação aos chamados países civilizados; a religiosidade atrasada e supersticiosa em um país católico; a presença da miscigenação gerando um povo nativo indolente, preguiçoso e sujo; e a necessidade de um processo civilizador que transformasse o território e reorganizasse as relações da sociedade através de uma intervenção educacional e religiosa.

Martha Watts, nos primeiros registros que envia para os Estados Unidos, procura esclarecer os seus conterrâneos com relação a alguns dos costumes do povo da terra, com relação à habitação e à alimentação. Destacamos o registro em que ela começa escrevendo: “eu lhe contarei, para tranquilizar alguns dos nossos amigos, que não comemos ‘carne crua’ (...), nossos apetites se acomodam rapidamente à comida do país”. Na mesma carta, além de dar continuidade à descrição da alimentação, faz referência às habitações e ao comportamento dos brasileiros nos negócios. Porém toma um certo cuidado com as generalizações, reconhecendo que “ainda não posso escrever muito sobre o povo, pois ainda não os conheço muito bem enquanto povo. Dizem que suas casas são sujas, assim como suas relações nos negócios, mas não temos testemunhado nada disso” (WATTS apud MESQUITA, 2001, p.24).

Daniel Kidder e James Fletcher, descrevendo a precariedade de alguns serviços no país, falam do correio e registram que “os brasileiros, apesar de mais progressivos do que a maioria dos povos sul-americanos, herdaram contudo muitas características de seus antepassados portugueses, e uma das mais dominantes é a antipatia por inovações” (KIDDER E FLETCHER, 1941, p.29). Tais registros apontam a visão que um “olhar de fora” revelava sobre as pessoas e a organização da sociedade. Ainda que, a princípio, pareçam discriminatórios, generalizantes e preconceituosos, é bom lembrar que estamos nos referindo à percepção de norte-americanos, protestantes, homens e mulheres do século XIX, que viviam numa organização social, política, cultural, econômica e religiosa bastante divergente da realidade brasileira do mesmo período. Concordamos com Norbert Elias, quando afirma que “quando se julgam pessoas de outros períodos ou sociedades, há a tendência para começar

com os valores que são importantes no tempo de quem julga, selecionando-se fatos relevantes à luz desses valores. Essa abordagem impede o acesso ao contexto especial das pessoas que se procura compreender” (ELIAS, apud CASEY, 1989, p.13).

Portanto, buscando compreender esse contexto lançamos-nos à tarefa de apontar as concepções de uma visão estrangeira, que buscava na educação confessional a possibilidade de mudança social e a instauração de um processo civilizador no país. Estas mudanças poderiam ocorrer através da construção de colégios que apresentassem um novo modelo pedagógico e educacional para as crianças brasileiras. Sobre isso podemos ler nos registros: “Desejo de todo meu coração ver o dia em que as nossas escolas para meninas sejam de tal natureza que uma jovem brasileira nelas se possa preparar, por sua educação intelectual e moral, a tornar-se uma digna mãe, capaz de ensinar aos seus próprios filhos os elementos de uma educação e os deveres para com Deus e os homens: para esse objetivo é que estou me esforçando”. (KIDDER & FLETCHER, 1941, p.182).

Tal projeto de fundação de colégios foi abraçado por Martha Watts a partir de 1881. Ela fundou instituições no Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Essas escolas eram percebidas como uma “missão gloriosa” que poderia amenizar a corrupção da educação da infância e adolescência brasileira. Assim, na sua concepção, estavam contribuindo para reproduzir no Brasil um modelo de educação que fosse intelectual, moral e religioso, portanto, civilizador. Em seus registros, Martha Watts manifesta essa crença na sua vocação civilizatória e acredita na contribuição que estaria dando à sociedade: “deveríamos ser surdos ao seu clamor e contemplar indiferentemente a visão da imensa aflição de centenas de criancinhas que crescem em meio ao pecado e a uma corrupção tão vil? Ou deveríamos, com a ajuda de Deus, buscar a salvação dessas preciosas almas? (...) eu peço a Cristo pelas crianças brasileiras de Piracicaba. Existem muitas crianças que parecem interessadas por aqui. Abriremos nossa escola assim que pudermos” (WATTS apud MESQUITA, 2001, p.21 e 28).

Tal registro expressa os ideais missionários, religiosos e também proselitistas que dominavam o projeto de abertura das escolas. Os estrangeiros acreditavam que estavam aptos para a realização de tal tarefa, pois se fundamentavam em uma concepção cristã e protestante de mundo considerada superior aos demais habitantes do país. Essa percepção vinha enraizada nas idéias de uma teoria, que os historiadores da religião chamam de Destino Manifesto, isto é, uma teoria baseada na concepção messiânica dos povos anglo-saxões, que acreditavam ser o povo eleito e escolhido por Deus para levar ao mundo o ideal de uma civilização cristã que caminhasse para a perfeição.

De acordo com uma perspectiva escatológica, os protestantes cultivavam a crença da

vinda do Reino de Deus, e para muitos pensadores e líderes religiosos da época, “a vinda gloriosa do Reino se daria após a implantação da civilização cristã” (MENDONÇA, 1984, p. 55). Sobre isso o historiador Peri Mesquida (1994, p. 103) escreve que “durante todo o século XIX e, particularmente, no processo de unificação da nação depois da Guerra de Secessão, difundiu-se nos Estados Unidos a idéia de que a religião e a civilização estavam unidas na visão da América Cristã e que a ação de Deus no mundo se verificava por intermédio de povos especialmente escolhidos”.

Essa percepção de raça superior e detentora de um processo de civilidade mais avançado que os povos nativos do país fazia parte da formação individual do estrangeiro, mas certamente era fruto de sua formação coletiva e social, pois, como nos ensina Norbert Elias, “nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e (...) o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é uma função do processo civilizador social” (1994, p. 15). Assim a idéia era expandir a educação que acreditavam ser civilizada e moderna.

Uma educação civilizadora para as autoridades religiosas da América do Norte baseava-se no progresso da Ciência e da Tecnologia, nas reformas democráticas, na expansão da indústria e nas obras filantrópicas, produtos do aperfeiçoamento da civilização cristã e sinais do advento do Reino de Deus (MESQUIDA, 1994). Nesse contexto ideológico, político, cultural e religioso é que se situa a obra missionária dos protestantes no Brasil, especialmente os que vieram com o intuito de abrir escolas e, através da religião, intervir no processo de civilização local, trazendo as inovações para os colégios.

As ações dos protestantes não separavam evangelização de educação, e sua pedagogia estava fundada em aspectos proselitistas e na difusão de uma concepção de mundo própria à dominação. A ação educativa tinha como objetivo construir um novo homem, crente e servidor fiel da nação (MESQUIDA, 1994). Sendo assim, a difusão de colégios é importante, pois começariam em tenra idade a “civilizar” os costumes do povo.

Nesse contexto, a idéia do colégio se encaixa perfeitamente na concepção civilizadora, pois, outra vez concordando com Norbert Elias, “desde que, em nossa sociedade, todo ser humano está exposto desde o primeiro momento da vida à influência e à intervenção modeladora de adultos civilizados, ele deve de fato passar por um processo civilizador para atingir o padrão alcançado por sua sociedade no curso da história” (1994, p. 15). Os estrangeiros consideravam os seus projetos superiores e desprezavam as experiências locais.

Miss Martha Watts, que se envolveu diretamente na missão de fundar colégios, tinha como proposta inicial educar as mulheres. A proposta de educação desse magistério feminino era um contraponto à educação brasileira, que segundo os registros estrangeiros era

retrógrada, baseada nos modelos da escolástica, da retórica, da memorização; enfim, uma escola propedêutica e católica, logo conservadora e atrasada frente aos novos modelos de ensino.

Na visão das missionárias e professoras, a missão da escola era promover um espaço que possibilitasse ao aluno/a se desvencilhar de um sistema de ensino intelectualizado, tradicional, autoritário e acadêmico, que não estava de acordo com os ideais de sociedade no final do século XIX. Mendonça (1984, p.100) aponta que “o sistema de cantarolar sílabas e a tabuada em coro foi substituído pelo método americano, intuitivo e silencioso, sem a excessiva memorização”. E este modelo de escola trazido pelos protestantes veio influenciado pela filosofia pragmatista dos filósofos do século XIX e XX, com concepções de uma prática de ensino voltada à produção do pensamento moderno, baseado na reflexão e na produção do conhecimento a partir da ciência e da técnica, que pudesse influenciar diretamente a vida das pessoas, transformando a sociedade.

Nesse ideário estrangeiro estava expresso um modelo de civilidade para a escola baseada no método indutivo, experimental, que valorizava o conhecimento científico, principalmente quando o mesmo apontava para a vida cotidiana das pessoas. A Filosofia Positivista vinha ao encontro das perspectivas do Partido Republicano, que queria trazer para o Brasil a modernização da sociedade. À influência positivista se devem a separação entre Igreja e Estado e a modernização do ensino. As escolas protestantes trouxeram o estudo da Biologia e da Química, entre outras disciplinas que instrumentalizavam as escolas com laboratórios para observação e experimentação dos fenômenos.

Assim, podemos dizer que a identificação de Miss Martha Watts com o projeto educacional e civilizador trazido pelos estrangeiros protestantes no final do século XIX era bastante grande, e ela fazia parte de um grupo de mulheres que após a guerra civil americana se viram com a responsabilidade de levar além das suas fronteiras a pregação do Evangelho e o modelo de sociedade considerado pelos protestantes como ideal para todos os povos. Sobre isso escreve Mesquida (1994, p.147): “as mulheres metodistas estavam convictas de que sua vocação consistia em transformar suas irmãs pagãs ou instruídas numa falsa religião em mulheres civilizadas e cristãs... Acreditavam também que somente a ação educativa poderia mudar os hábitos e o modo de vida das comunidades atrasadas”.

Através das cartas e relatórios de Miss Martha Watts, enviadas periodicamente para os Estados Unidos, podemos observar sua concepção de educação e seu olhar sobre o povo brasileiro e demonstrar sua identificação com o pensamento norte-americano da época, quando o objetivo era cristianizar e civilizar outros povos. Além disso, esses estrangeiros

acreditavam estar autorizados e preparados para intervir no processo de trazer à luz dos conhecimentos as pessoas do país.

Em um de seus registros observam-se suas percepções. Podemos depreender, por exemplo, a idéia de superioridade e de crença na sua vocação messiânica e civilizatória: “ (...) De qualquer forma, não acho que todas as pessoas más do mundo estejam no Brasil (...) Eles são infelizes de qualquer forma, por terem um Estado que se tornou extremamente corrupto nas mãos dos seus líderes. Deus garantirá que vivamos na plenitude de sua luz, que eles também receberão de nós” (WATTS apud MESQUITA, 2001, p.25). É interessante notar que sua percepção passa pela idéia de que o conhecimento de Deus e da sua luz é o motor impulsionador da ação educativa, a qual não tinha o intuito só de pregar o Evangelho, mas por meio da pregação iluminar toda a sociedade, a fim de que se tornasse digna, justa e honesta.

A vocação civilizatória de influência religiosa estava presente também na concepção de D.Kidder, conforme apontam seus registros: “a formação da grandeza nacional dependia do combate ao vício, a ignorância, superstição e intolerância, cuja arma seria a piedade e o poder do saber. O que mais o Brasil precisava era de evangelizadores piedosos” (apud LISBOA, 2000, p. 290). E, finalmente, em mais um registro de Miss Martha Watts, podemos observar críticas à religião local e uma provável intervenção religiosa como forma de civilizar os brasileiros: “suas cerimônias repletas de idolatria e sua quase total indiferença à observância do domingo são os grandes males evidentes a todos” (WATTS apud MESQUITA, 2001, p. 24). Nas suas cartas, Martha Watts relatava todas as atividades do colégio e o modo como a imprensa local estava elogiando os progressos que o ensino norte americano trazia ao Brasil. Em um de seus registros, podemos ler:

A Gazeta que tão gentilmente tomou notas e as publicou no ano passado fez o mesmo este ano, mas por outras mãos. (...) Depois de algumas observações, o autor diz: ‘Onde a educação é semeada e onde ela encontra meios favoráveis de desenvolvimento, o povo tem razões justas para se orgulhar’, e ele considera que o povo de Piracicaba pode se considerar entre esse número (...) ele finaliza com palavras gentis de encorajamento, para que sigamos em frente a despeito das idéias preconcebidas que ainda existem, mas que deverão ser dissipadas sob os raios do grande sol – o conhecimento(WATTS apud MESQUITA, 2001, p.65).

A respeito da reportagem Martha Watts faz um comentário, e seu registro dá pistas para compreendermos essa concepção de educação salvadora e proselitista baseada nos ideais do protestantismo e do destino manifesto: “Ele não sabe que a força na qual confiamos para dissipar a escuridão destas idéias preconcebidas é Ele, que é a sabedoria e conhecimento, e que é sob a luz de Seu estímulo que a ignorância e a superstição irão desaparecer. Ele não (o

jornalista) sabe disso, nem sabe como aprender, e não saberá até que o grande iluminador de corações tenha entrado no coração dele, para estas coisas serem espiritualmente discernidas”. (WATTS apud MESQUITA, 2001, p. 65)

A referida “luz do conhecimento”, também vista como um processo civilizador, trazida pelos estrangeiros, baseava-se na teoria do destino manifesto e na organização social a partir de uma ética cristã e protestante, que supostamente poderia transformar as pessoas e seus costumes, levando-as ao desenvolvimento intelectual e espiritual. O processo civilizador de mudança social se daria no campo educacional através de uma educação protestante, que propagava para as pessoas um ascetismo prático, no qual a participação e a mudança da sociedade ocorreria através do estudo da gramática, da álgebra, da aritmética, da cosmografia, da geografia, da física, da astronomia, da história geral e do Brasil, entre outras disciplinas e também através do estudo da Bíblia.

Tal salvação e transformação, para os estrangeiros, estava relacionada à apropriação do conhecimento espiritual e secular. Esse conhecimento levaria o ser humano a ter boas maneiras, a ser higiênico, honesto, trabalhador; enfim, tornar um ser civilizado. Entretanto é interessante notar que o projeto educacional veio atender as necessidades das classes mais abastadas da sociedade, pois este público estava disposto a pagar e a garantir para seus filhos a educação progressista e moderna vinda dos Estados Unidos.

Concluindo, neste panorama se lança a tentativa de criar um ambiente e um *locus* civilizador através de colégios confessionais que pudessem garantir a formação de um novo homem, que a sociedade do final do século XIX e início do XX exigia. Um homem com costumes e hábitos que pudessem mostrar um país moderno, civilizado, progressista e que garantissem mudanças sociais que deveriam ser iniciadas na infância, período considerado fundamental para se “moldar” o indivíduo de acordo com o grupo social do qual fazia parte, e nisso Miss Martha Watts foi bem sucedida, pois os colégios que fundou estão em funcionamento até os dias atuais e fazem parte da história da educação no país.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BELUZZO, A. M. *A Propósito d’o Brasil dos Viajantes*. Revista da USP / Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. Número 30. ISSN 0103-9989, Junho/Julho/Agosto, SP: USP, 1996.

CASEY, James. *A História da Família*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1992.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Uma História dos Costumes. Trad. Ruy Jungmann. 2ª. ed.. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

- FRANÇA, J.M.C. *Imagens do Brasil nas Relações de Viagem dos séculos XVII e XVIII*. Revista Brasileira de Educação. ANPED (ASSOCIAÇÃO Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). Número 15. ISSN 1413-2478, Set/out/nov/dez/ 2000.
- KIDDER & FLETCHER (1845). *O Brasil e os brasileiros*. Trad. De Elias Dolianti. São Paulo: Ed. Nacional, 1941, 2 vol.
- LISBOA, K.M. *Olhares Estrangeiros sobre o Brasil do Século XIX*. In: MOTA, C.G (org) *Viagem Incompleta*. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- MANTHORNE, K.E. *O Imaginário Brasileiro para o Público Norte-Americano do Século XIX*. Revista da USP / Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. Número 30. ISSN 0103-9989, Junho/Julho/Agosto, SP: USP, 1996.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa, *O Celeste Porvir – A Inserção do Protestantismo no Brasil*. São Paulo, Edições Paulinas, 1984.
- MESQUIDA, Peri, *Hegemonia Norte-Americana e Educação Protestante no Brasil*. São Bernardo do Campo, Editeo, 1994.
- MESQUITA, Z. (org). *Evangelizar e Civilizar: Cartas de Martha Watts, 1881-1908*. Piracicaba: Editora Unimep, 2001.
- MOREIRA LEITE. *A Condição Feminina no Rio de Janeiro Século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC; BRASÍLIA: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.
- MOREIRA LEITE. *Livros de Viagem: 1803-1900*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997a.
- MOREIRA LEITE. *Retratos de Família: leitura da fotografia histórica*. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001 (Texto & Arte; 9).
- PEIXOTO, N. B. *O olhar estrangeiro*. In: *O Olhar*. NOVAES, A [et al.]. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- QUEIRÓZ, M.I.P. *Viajantes, Século XIX: Negras Escravas e Livres no Rio de Janeiro*. In: MOREIRA LEITE. M. *A Condição Feminina no Rio de Janeiro Século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC; BRASÍLIA: INL, Fundação Nacional Pró- Memória, 1984.
- RITZKAT, M.G.B. *Preceptoras alemãs no Brasil*. In: LOPES, E., FILHO, L. & VEIGA, C. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SCHWARCZ, L.M. *As Barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SEIXO, M.A. *Entre Cultura e Natureza: ambigüidades do olhar dos viajantes*. Revista da USP / Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. Número 30. ISSN 0103-9989, Junho/Julho/Agosto, SP: USP, 1996.
- STOLS, E. *A Iconografia do Brasil nos Países Baixos do Século XVI ao Século XX: uma tentativa de avaliação global*. Revista da USP / Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. Número 30. ISSN 0103-9989, Junho/Julho/Agosto, SP: USP, 1996.
- SÜSSEKIND, F. *Palavra Loucas, Orelhas Moucas: os relatos de viagem dos românticos brasileiros*. Revista da USP / Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. Número 30. ISSN 0103-9989, Junho/Julho/Agosto, SP: USP, 1996.